

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

CRIANÇAS MIGRANTES NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE DOURADOS/MS: PERCURSOS INICIAIS DA PESQUISA

Kamila Gabriela Dias de Souza

Email: kamilagabrieladiaz@hotmail.com

UFGD

Míria Izabel Campos

Email: miriacampos@ufgd.edu.br

UFGD

Eixo Temático 03: Educação, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão

Palavras-chave: Criança migrante. Instituições de Educação Infantil. História da Educação.

Introdução

O presente resumo expandido tem como objetivo socializar um projeto de pesquisa de Mestrado em Educação, nos seus percursos iniciais de construção, o qual constitui a Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O interesse é pesquisar a inserção e adaptação das crianças migrantes nos centros de educação infantil do município de Dourados, Mato Grosso do Sul – MS.

O anseio em estudar esta temática, pela primeira pesquisadora, surge desde 2021, durante o primeiro ano na graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), devido ao ingresso no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), o qual foi permeado pela temática de Direitos Humanos, trabalhando com o tema “Refugiados” para os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Nos anos de 2023 e 2024, atuou-se como voluntária no Projeto Extensionista da UEMS, intitulado “UEMS Acolhe”, que visa promover um acolhimento linguístico, humanitário e educacional aos migrantes internacionais presentes em nosso Estado. Durante este período, acompanhada pelo grupo “UEMS para Crianças”, coordenado pela Profa. Dra. Giana Amaral Yamin e composto pelas estudantes da Pedagogia, realizou-se o atendimento às crianças migrantes, enquanto os pais estavam no período das aulas de português.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A cada semestre, trabalhou-se com diferentes turmas de crianças, atendendo desde os bebês com poucos meses de vida até os meninos e meninas de 12 anos. Desta experiência, enriquecida com a teoria e revisão bibliográfica, foi escrito Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A atuação do UEMS para Crianças no programa UEMS Acolhe: contribuições na formação de professoras em Pedagogia”, elencando as contribuições do vivido para a formação de professores em Pedagogia. O contato com esta população, trouxe motivações a compreender mais sobre seu acolhimento e adaptação educacional nos países que migraram.

As crianças, oriundas de famílias de migrantes internacionais que hoje residem em Dourados – MS, são o foco e o objeto de estudo desta pesquisa. Como objetivo geral (em construção) estima-se: Analisar o processo de crianças migrantes internacionais referente ao ingresso e adaptação na rede municipal de Educação Infantil de Dourados – MS, em um recorte temporal ainda não delimitado. Os objetivos específicos (em construção) são: descrever o contexto histórico em que ocorreu a migração no Município de Dourados – MS; analisar a trajetória de inserção à educação municipal das crianças migrantes; identificar os maiores desafios educacionais, linguísticos e sociais percorridos por este público durante a inserção nas escolas municipais.

Para buscar compreender o proposto, estima-se analisar em quais regiões do município se concentram o maior número de migrantes, para assim localizar as instituições escolares com maiores contingentes de matrículas de crianças migrantes nos Centros de Educação Infantil Municipal (CEIM) e Centros de Educação Infantil (CEI), instituições conveniadas ao município.

Metodologia

A pesquisa será desenvolvida pautada na abordagem qualitativa, compreendida como “[...] um lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (Godoy, 1995, p. 21).

Pretende-se realizar uma revisão bibliográfica referente aos trabalhos já existentes que possuem como foco a temática proposta, além de uma busca nos documentos municipais das instituições escolares sobre o acesso da criança migrante na educação, prioritariamente nos CEIMs e CEIs, de modo a realizar um estudo aprofundado do tema.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Para alcançar os objetivos explicitados no projeto, a perspectiva da História Oral será aliada para obtenção e análise dos dados. Segundo Alberti (2005) a História Oral pode ser compreendida como um método de investigação, que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que vivem ou viveram determinado acontecimento, como uma forma de se aproximar do objeto de estudo. Este tipo de pesquisa objetiva,

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos e, de tornar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (Alberti, 2005, p. 19).

Como consequência, os frutos desta metodologia, alcançados através de entrevistas, se configuram como fontes de consulta. A História Oral, “sendo um método de pesquisa [...] não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (Alberti, 2005. p. 29). Neste plano de investigação, precisará ser estudado às especificidades do trabalho de entrevistas com o público-alvo elegido, para que a obtenção dos dados necessários seja realizada com qualidade e atendendo todas as exigências da ética na pesquisa.

Caminhos percorridos

A partir da abordagem metodológica escolhida, já foi realizado um primeiro levantamento e estudos teóricos acerca da temática de migração internacional no Brasil para construção de “Plano de investigação” visando à Seleção para o Mestrado em Educação do PPGEduc. O Brasil é um país constituído por uma grande miscigenação de culturas e de povos, resultado de um longo período de recepção de migrantes. Para contextualizar,

O ato de migrar pode ser realizado pelas mais diversas causas. Motivações acadêmicas, profissionais, tratamentos de saúde, laços familiares, catástrofes naturais, perseguições políticas, falta de estrutura adequada e desrespeito aos direitos humanos fundamentais nos países de origem, são somente algumas das razões que mobilizam pessoas a deixar um país no qual são nacionais para tentar uma nova vida em um Estado estrangeiro (Gamito, 2021, p. 5).

É válido ressaltar que a identidade de migrante em nosso país está inserida em um contexto com diferentes graus de diferenciação, como evidencia os estudos de Daniel e Moro (2022). Há uma diferenciação horizontal, hierárquica e diaspórica, na qual o país de origem, o

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

status da criança e a forma de travessia que foi realizada compõem critérios de acolhimento ou marginalização do migrante no Brasil.

O processo de migração infantil, segundo Silva (2021) é particularmente complexo pois pode ser impulsionado por uma multiplicidade de situações: as crianças que migram de seus países de origem sozinhas, as que migram com os pais, as que nascem no país destino da migração dos pais e aquelas que migram ainda muito pequenas. A infância migrante ocasiona muitos impactos para a vida, gerados por situações traumáticas, as dificuldades surgidas durante a mudança e a vida que foi deixada para trás.

Foi realizado um levantamento daquilo que é legalmente assegurado aos migrantes e refugiados, leis que foram conquistadas com muitas lutas ao longo de todos esses anos de história brasileira. No ano de 1972, foi aprovado o Decreto nº 7.946 (Brasil, 1972) que promulga um Estatuto dos Refugiados no âmbito nacional. Fica garantido aos refugiados, em consonância com os direitos humanos, o direito a não discriminação de tratamento, assegurando trabalho, educação pública, assistência, liberdade e proibição de expulsão do território nacional.

No ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal conhecida como a “Constituição Cidadã”, os migrantes passaram a ser protegidos constitucionalmente, com base nos princípios de igualdade. Em seu capítulo 1, intitulado “Dos direitos e deveres individuais e coletivos” está garantido no Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988).

Já em 2017, uma nova lei de regulamentação da migração nacional foi aprovada, conhecida como a Lei de migração nº 13.445/2017 (Brasil, 2017), a qual passa a considerar o movimento migratório como um direito humano, repudiando a xenofobia e garantindo condições de igualdade com os cidadãos nacionais, a não criminalização da migração e uma acolhida humanitária.

Referente aos direitos educacionais, observa-se que no Brasil a educação é um direito garantido às crianças e aos adolescentes que vivem no país, independentemente de sua nacionalidade ou origem. A Constituição Federal de 1988, que permanece em vigor, define o acesso à educação como um direito fundamental, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Também possuem o acesso à educação, que é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 (Brasil, 1990, 1996), os quais reforçam a educação como um direito fundamental que

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

deve ser garantido a qualquer criança ou adolescente. Porém, é também papel do estado garantir a permanência destes nas escolas, através de políticas que auxiliem na formação linguística, adaptação e um ensino multicultural com a valorização da cultura dos migrantes.

Dourados recebeu por três anos consecutivos (2020, 2021 e 2022), o certificado MigraCidades concedido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para migrações. Há um intenso fluxo migratório presente no município.

Caminhos a percorrer

Foi realizado um levantamento, inicial, dos trabalhos recentes referente ao tema de pesquisa nas plataformas online Scielo e BDTD. Utilizando os descritores “Criança imigrante”, “Criança Migrante”, “Educação” e “Memórias” de maneira separada e também combinados entre si: “Criança migrante” AND “Educação”, “Criança imigrante” AND “Educação e “Criança migrante” AND “Memórias”.

Na plataforma Scielo, ao efetivar a pesquisa com os descritores combinados entre si, foi encontrado 1 trabalho para “criança migrante” AND “Educação”, nenhum trabalho para “criança imigrante” AND “educação” e “criança migrante” AND “memória”. Na plataforma BDTD, combinando os descritores entre si, encontrou-se 16 dissertações e 3 teses para “Criança imigrante” AND “educação” e apenas 1 trabalho para “criança imigrante” AND “memória”.

Dentre os trabalhos encontrados, foram selecionados: Assumpção e Teixeira Coelho (2020), Conde e Alcubierre (2018), Alcubierre (2017), Roldão (2022), Bellascuza (2024), Ruffier (2020), Castro (2024), Silva (2021), Santos (2018) e Tonetto (2022). A seleção destes trabalhos foi realizada através dos títulos e resumos, garantindo que tenham ligação com o tema proposto para o “Plano de investigação”. A leitura minuciosa das teses e dissertações não foi realizada para a consecução do referido plano, mas observou-se a escassez de trabalhos que tenham como foco de estudo a memória da criança migrante no contexto de acolhida educacional.

Observa-se a necessidade de ampliar os bancos de dados para a localização de outros artigos, dissertações e teses, acrescentando outros descritores, conforme orientações sugeridas. Estima-se realizar as buscas em plataformas dos Programas de Pós-Graduação, com critérios de inclusão e exclusão a serem definidos.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Considerações Finais

Para a participação nesta edição da “Semana Pedagógica e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju”, almejou-se socialização do Projeto de Mestrado em construção, com o intuito de obter diferentes perspectivas e contribuições que auxiliarão na construção da Dissertação. As crianças migrantes, filhas de migrantes internacionais, estão cada vez mais presentes nas instituições escolares do município de Dourados – MS, conseqüente a isso, defende-se a relevância do estudo deste tema dentro do recorte espacial elegido. Ainda há muitos caminhos a serem percorridos e possibilidades a serem analisadas.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005. 236p.
- AICUBIERRE, Karina Strohhaecker Lisa. **Crianças migrantes: sentidos e memórias da objetividade vivida**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.
- ASSUMPÇÃO, A. M.; TEIXEIRA COELHO, J. P. R.. **Crianças migrantes e o direito à educação: leituras e conversas com equatorianos na atuação voluntária do grupo DIASPOTICS**. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 28, n. 60, p. 167–185, set. 2020.
- BELLASCUZA, Natália Mendes. **Onde estão as crianças imigrantes? Invisibilidade e exclusão no contexto da educação infantil**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 17 out. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.946, de 7 de agosto de 1972. Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados**. Diário Oficial Brasília, DF, 8, ago. 1972. Disponível <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70946-7-agosto-1972-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 out. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.
- BRASIL. **Lei nº 13445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração**. Brasília, DF, 24 maio, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm
- BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1/2020**. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp->

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

[2020#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%201,\(BNC%2DForma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada\)](#) Acesso em: 18 out. 2024.

CASTRO, Vívian Monsef de. **A efetivação do direito à educação escolar de crianças imigrantes e refugiadas no sistema público de ensino do município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

CONDE, S. F.; ALCUBIERRE, K. S. L.. **Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis.** Revista Katálysis, v. 21, n. 2, p. 358–368, maio 2018.

DANIEL, Fernanda Cargnin Gonçalves; MORO, Catarina. **Crianças (i)migrantes e educação infantil: o que dizem as pesquisas acadêmicas brasileiras.** Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 77–90, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.65952.

GAMITO, Mateus de Oliveira. **O direito efetivo à educação de crianças migrantes e refugiadas em Uberlândia: um estudo sobre as políticas de integração e solução duradouras.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33029> Acesso em: 17 out. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais.** RAE- Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

MIGRACIDADES. Organização Internacional para as Migrações. Organizações das Nações Unidas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Processo de Certificação. Porto Alegre: OIM/ONU/UFRGS, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/certificacao/> Acesso em: 21 out. 2024.

ROLDÃO. Sandra Felício. **O processo de escolarização de crianças imigrantes na cidade de Joinville SC.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Curitiba, 2022.

RUFFIER, Laura Cardoni. **Frente a um novo mundo: impactos das relações escolares na integração de crianças imigrantes involuntárias.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.

SANTOS, Priscila da Silva. **Narrativas silenciosas: identidade e imigração na educação infantil.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.48.2019.tde-11122018-101037.

SILVA, Renata Santos da. **Da (des)esperança a esperança de inserção social da criança imigrante no novo lar: papel da escola.** 2021. 113f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – PUCRS, 2021.

TONETTO, Maria Luiza Posser. **Entre zonas de silêncio e (re)existências: a trajetória de crianças venezuelanas nas escolas de Educação Infantil de Santa Maria/ RS.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós- Graduação em Educação, Santa Maria, 2022.